

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ESCOLA DA TERRA NAS ESCOLAS RURAIS DE BAGÉ/RS

Suziele Alves Silveira Fernandes[1]

Taiana Duarte Louguercio[2]

Círculo de Saber: Formação Inicial e Continuada de Professores

Palavras-chave: Educação do Campo; Escola da Terra; Escolas Rurais.

Introdução

A educação do campo é um campo de estudos relativamente recente, que ganhou maior visibilidade a partir da Constituição Federal de 1988, a qual garantiu reconhecimento e legitimidade a essa modalidade de ensino. Pensada **para e pelo povo do campo**, sua consolidação está diretamente vinculada às lutas dos movimentos sociais, que defendem uma formação capaz de valorizar o território, a comunidade e os saberes locais.

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada no município de Bagé/RS, junto às três escolas rurais da rede municipal: EMREF Favorino Mércio (Olhos D'Água), EMREF Líbio Vinhas (Pedra Grande) e EMREF Simões Pires (Coxilha das Flores). Nessas instituições, os estudantes vivenciam práticas pedagógicas que reafirmam que aprender no campo também significa preservar a identidade cultural e fortalecer vínculos comunitários.

O objetivo da investigação foi analisar metodologias adequadas ao contexto do campo, especialmente no âmbito do curso de aperfeiçoamento Escola da Terra. A pesquisa se desenvolveu em abordagem qualitativa, apoiando-se na pesquisa-ação e na pesquisa bibliográfica, de modo a compreender as especificidades socioeconômicas e culturais que desafiam professores e estudantes do meio rural.

A introdução organiza-se em três eixos: no primeiro capítulo, discute-se a constituição histórica e legal da educação do campo; no segundo, as metodologias pedagógicas e suas implicações para a formação do educando; e, no terceiro, a

[1] Mestranda em educação pela UNIPMAPA. E-mail: suziele.edu@gmail.com

[2]Mestra em Educação pela FURG. E-mail: taianaduarteloguercio@hotmail.com

utilização de recursos como arpilleras e cartografias, enquanto práticas que aproximam a escola da realidade do campo.

Busca-se, assim, contribuir para o fortalecimento da educação do campo, destacando sua relevância como espaço social de direitos e evidenciando a necessidade de práticas docentes contextualizadas e de formação continuada para os educadores.

Metodologias educativas e experiências formativas no contexto rural

A discussão sobre a Educação do Campo envolve compreender suas especificidades e o modo como se diferencia da educação voltada apenas ao espaço rural. Mais do que uma localização geográfica, trata-se de uma concepção construída historicamente pelos trabalhadores do campo e pelos movimentos sociais, que defendem uma escola voltada às necessidades, culturas e lutas das populações camponesas. Nesse sentido, a Educação do Campo propõe um modelo educativo que valoriza os saberes locais, fortalece vínculos de pertença e garante condições para a permanência no território rural com dignidade. Assim, o referencial que se segue busca apresentar os principais fundamentos teóricos, políticos e sociais que sustentam essa modalidade educativa e sua relevância para a formação integral dos sujeitos do campo.

A Educação do Campo exige a compreensão de suas especificidades e distinções em relação à educação no campo. Conforme Santos (2014), trata-se de uma concepção elaborada pelos trabalhadores do campo, resultado das lutas de movimentos sociais populares, que visam a construção de um modelo educativo alinhado à realidade campesina. Assim, “entende-se por Educação do Campo como uma concepção de educação elaborada pelos trabalhadores do campo, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares, com a finalidade de constituir uma educação voltada ao contexto campesino” (SANTOS, 2014, p. 5).

Nessa perspectiva, a Educação do Campo propõe uma escola no e do campo, construída pelos próprios sujeitos que nela vivem e trabalham. Para Santos (2014):

> “Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses sujeitos. [...] Construir Educação do Campo significa também construir uma escola do campo, significa estudar para viver no

> campo, buscar desconstruir a lógica de que se estuda para sair do campo" (SANTOS, 2014, p. 5).

Essa proposta busca romper com a visão de que o conhecimento serve apenas como meio de ascensão para áreas urbanas, defendendo, ao contrário, a permanência no território rural. Ao valorizar os saberes locais, a escola torna-se instrumento de produção de conhecimento sobre a própria realidade dos educandos, fortalecendo vínculos de pertença e estimulando práticas culturais e produtivas compatíveis com o contexto comunitário.

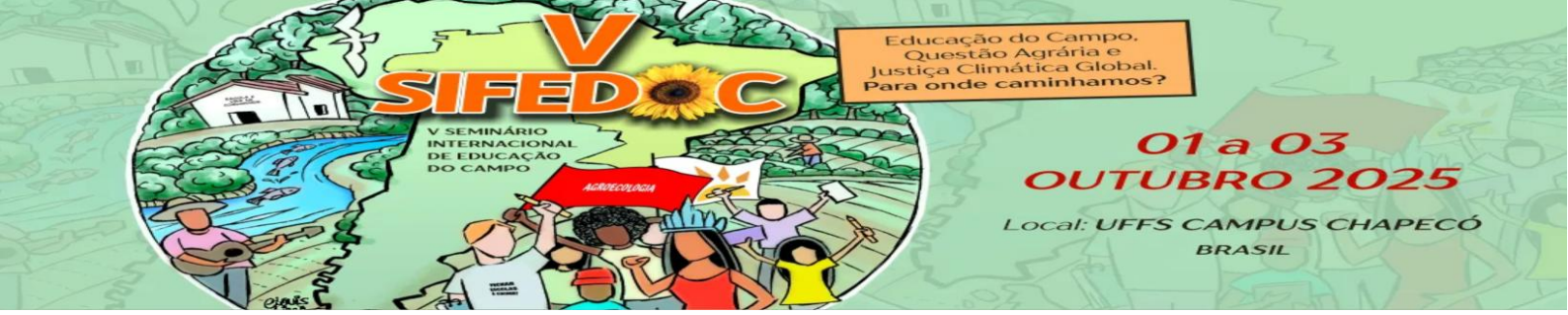
Além disso, a Educação do Campo deve ser "específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade" (SANTOS, 2014, p. 6). Não se trata apenas de preparar para o trabalho agrícola, mas de garantir condições para que os sujeitos expressem suas culturas, desenvolvam sua autonomia e possam criar alternativas de vida digna no campo.

A identidade da Educação do Campo está vinculada à diversidade de povos que compõem o espaço rural, como agricultores familiares, assalariados rurais, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas. Para o Ministério da Educação:

> "Os sujeitos do campo são plurais, nos aspectos culturais, sociais, ambientais, de gênero, geração, raça e etnia, portanto, plurais precisam também ser as escolas" (BRASIL, 2006, p. 13 apud NETO, 2010, p. 160).

Nesse sentido, Molina (2008 apud NETO, 2010, p. 161) defende que a escola do campo representa "a unidade na diversidade", ao mesmo tempo em que reconhece as diferenças históricas e culturais entre o campo e a cidade, o que demanda políticas públicas específicas.

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (1998 apud NETO, 2010, p. 162), a Educação do Campo está comprometida com "a vida, a luta e o movimento social que está buscando construir um espaço onde possamos viver com dignidade". Para isso, a escola precisa dialogar com os processos educativos que ocorrem fora de seus muros, promovendo consciência crítica e participação social.



Kolling et al. (1999 apud NETO, 2010, p. 162) ressaltam a importância de incluir na formação escolar uma reflexão sobre o sentido do trabalho camponês e sobre as lutas sociais e culturais dos grupos que buscam garantir sua sobrevivência. Desse modo, a escola do campo deve cultivar valores como cooperação, solidariedade, justiça social e cuidado com a natureza, contrapondo-se ao individualismo e ao consumismo predominantes.

Como afirmam Arroyo, Caldart e Molina (1998 apud NETO, 2010, p. 162):

> "A Educação do Campo precisa resgatar os valores do povo que se contrapõem ao individualismo, ao consumismo e demais contravalores que degradam a sociedade em que vivemos. A escola é um dos espaços para antecipar, pela vivência e pela correção fraterna, as relações humanas que cultivem a cooperação, a solidariedade, o sentido de justiça e o zelo pela natureza."

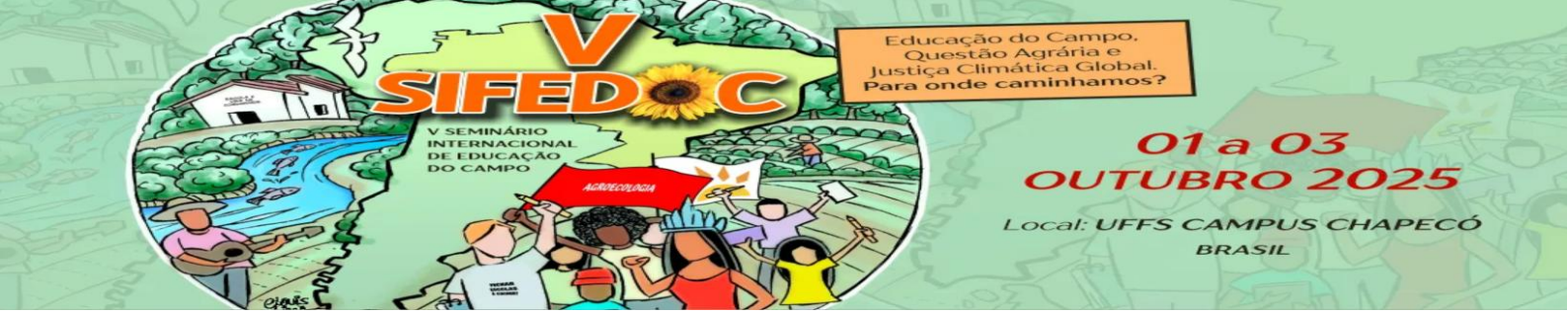
Aspectos Legais da Educação do Campo

A Educação do Campo possui respaldo jurídico no Brasil, principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDBEN 9394/96). O artigo 28 dessa lei determina que, na oferta da educação básica para a população rural, sejam consideradas as peculiaridades da vida no campo, ajustando o calendário escolar às fases do ciclo agrícola e adequando o currículo às necessidades e interesses dos alunos.

Além da LDB, destacam-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que definem princípios, objetivos e formas de organização para garantir uma educação que respeite e valorize a identidade e a cultura dos povos do campo. Segundo o documento:

> "A educação básica nas escolas do campo deve assegurar aos seus sujeitos o acesso aos conhecimentos universais e às formas mais avançadas de produção, sem perder de vista os saberes locais e a vivência comunitária" (BRASIL, 2002, p. 2).

Essas normativas reforçam que a Educação do Campo é um direito social e deve ser garantida por meio de políticas públicas específicas, considerando a pluralidade cultural e social dos sujeitos que vivem e trabalham no espaço rural.



Metodologia

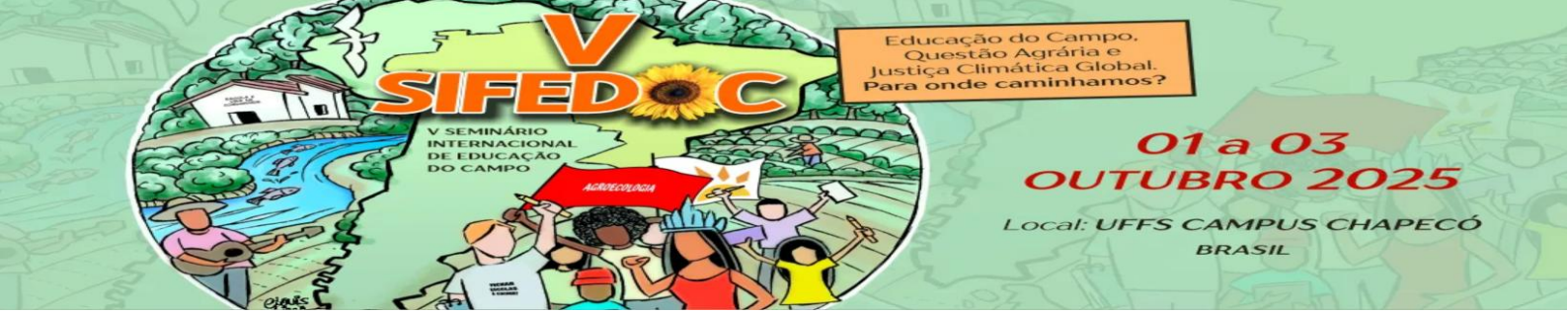
A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2013), permite compreender significados, valores, crenças e atitudes, indo além da mensuração de dados e possibilitando analisar as experiências vividas pelos sujeitos. Esse tipo de investigação mostrou-se adequado ao contexto da Educação do Campo, pois busca interpretar a realidade das escolas rurais de Bagé/RS a partir da perspectiva de seus próprios atores: professores, estudantes e comunidade.

Foram adotados os procedimentos da pesquisa-ação, considerando que, conforme Oliveira et al. (2005), o conhecimento filosófico e reflexivo é fundamental para problematizar a realidade e propor alternativas de transformação. Nesse sentido, a investigação não se limitou à observação, mas buscou integrar práticas pedagógicas, como o registro das vivências dos estudantes por meio de arpilleras e cartografias coletivas, valorizando o território, a cultura e as questões agrárias presentes no cotidiano escolar.

A coleta de dados foi realizada a partir de registros das atividades desenvolvidas nas escolas EMREF Favorino Mércio, EMREF LÍbio Vinhas e EMREF Simões Pires, associada à análise documental de políticas públicas, como a LDB (Lei nº 9.394/1996) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002).

A análise dos dados seguiu uma perspectiva crítica, que buscou identificar tanto os avanços quanto os limites enfrentados pelas escolas rurais. A partir da triangulação entre referencial teórico, observações e práticas pedagógicas, foi possível compreender de que forma a Educação do Campo, aliada à formação continuada do programa Escola da Terra, contribui para fortalecer a identidade camponesa, discutir questões agrárias e valorizar os saberes locais.

Conclusão



A pesquisa desenvolvida evidenciou que a Educação do Campo representa uma conquista histórica dos movimentos sociais e se constitui como um espaço formativo que valoriza os saberes locais, a cultura e a identidade das populações rurais. Mais do que uma modalidade educativa, ela se apresenta como um projeto político-pedagógico que busca garantir direitos, fortalecer a permanência no campo e promover a formação integral dos sujeitos.

Constatou-se que a prática docente no meio rural exige metodologias diferenciadas, capazes de dialogar com a realidade socioeconômica e cultural dos estudantes, bem como superar os desafios impostos pelas desigualdades em relação ao contexto urbano. Nesse sentido, a formação continuada dos professores, aliada a políticas públicas específicas, mostra-se fundamental para consolidar a escola do e no campo como um espaço de transformação social.

Portanto, conclui-se que a Educação do Campo deve ser compreendida como parte integrante da luta pela dignidade e justiça social, sendo um instrumento essencial para a construção de alternativas de vida no campo que preservem a cultura, os saberes e o território das comunidades rurais.

Referências bibliográficas

ARROYO, M.; CALDART, R.; MOLINA, M. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Referências para uma política nacional de educação do campo. Brasília: MEC, 2006.

KOLLING, E. J. et al. Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. 1999.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETO, J. A. Educação do Campo: fundamentos e práticas. 2010.

SANTOS, F. Educação do Campo: concepções e práticas educativas. 2014.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.